

LUIZ FUX

Magistrado no Estado do Rio de Janeiro
Professor Adjunto do Departamento de Processo da Faculdade
de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Livre-docente em Processo Civil (UERJ)
Professor Licenciado do Departamento de Processo — PUC-RJ
Professor da Escola de Magistratura
do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ)
Professor da Escola Superior de Advocacia (ESA-RJ)

REVISÃO JUDICIAL DO ALUGUEL

(Doutrina — Prática — Jurisprudência)

2ª Edição



Biblioteca
Min. BUENO DE SOUZA

Editora Destaque
Av. Almirante Barroso, 90 — Gr. 206
Tel.: (021) 240-0617 — Fax: (021) 533-0231
CEP 20031-002 — Rio de Janeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO I — RATIO DA AÇÃO REVISIONAL	7
---	---

CAPÍTULO II — A LESÃO CONTRATUAL SUPERVENIENTE E A REVISÃO JUDICIAL DO ALUGUEL	11
--	----

Apresentação do tema. Categorização jurídica do fenômeno. A imprevisão e a alteração do aluguel. A imprevisão e a lesão superveniente frente à legislação. Jurisprudência revisionista. Realidade legislativa e as soluções propostas.

CAPÍTULO III — PROCEDIMENTO DA AÇÃO REVISIONAL	59
--	----

Procedimento. Condições da ação revisional. Legitimidade das partes. Interesse processual. Possibilidade jurídica do pedido. Petição inicial. Aluguel provisório. Exigibilidade do aluguel provisório. Resposta do réu. A sentença.

CAPÍTULO IV — JURISPRUDÊNCIA DO TEMA	79
--	----

Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência do Segundo Tribunal de Alçada Cível de São Paulo. Jurisprudência do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro. Jurisprudência do Tribunal de Alçada Cível do Paraná. Jurisprudência do Tribunal de Alçada Cível do Rio Grande do Sul. Jurisprudência do Tribunal de Alçada Cível de Minas Gerais.

CAPÍTULO V — FORMULÁRIOS	155
------------------------------------	-----

Petição inicial de ação revisional. Petição de impugnação do aluguel provisório. Petição inicial de revisão do julgado da ação revisional (art. 471 do CPC). Requerimento de perícia complementar em razão da mudança superveniente do preço de mercado do aluguel fixado pelo perito. Petição ao relator do recurso postulando a conversão do julgamento em diligência para nova perícia antes da apreciação do recurso. Medida cautelar atípica requerida ao relator do recurso visando à sustação da exigibilidade do aluguel arbitrado. Contestação da ação revisional.

BIBLIOGRAFIA	175
------------------------	-----

SUMÁRIO DA LEI 8.245/91	181
-----------------------------------	-----

LEI 8.245 DE 18.10.91	183
---------------------------------	-----

ÍNDICE ANALÍTICO DA LEI	221
-----------------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS	233
---	-----